Jornal do Brás

Acesse o site: www.novojorbras.com.br

"A serviço das tradições da região"

Fundado em: 20/10/1989

35 anos

jornaldobras
jornaldobrasoficial
Jornal do Brás Oficial 2021
www.novojorbras.com.br

Ano XXXV • nº 487 • 16 de AGOSTO de 2024 | Diretora-presidente: Flávia Fabíola Nogueira Simioni | Distribuição gratuita

Circular noLargo da Concórdia e Praça Agente Cícero está mais fácil

A região comercial do Brás é composta por impressionantes 55 ruas, que abrigam cerca de 6 mil lojas, conforme dados da Alobrás. No Largo da Concórdia, um ponto crucial da região, são recolhidas cerca de 90 toneladas de lixo por mês, refletindo a imensa movimentação e atividade local. Ações noturnas adicionais, garantem um padrão de limpeza. Página 3

Invasões de imóveis abandonados expõem região a riscos

Muitos moradores têm sido prejudicados com o descaso de alguns proprietários que deixam seus imóveis abandonados, sem qualquer manutenção, os quais atraem invasores, moradores de rua e até usuários de drogas, que fazem do local ponto para praticar atos libidinosos, tráfico ou suas necessidades fisiológicas gerando mau cheiro e o acúmulo de lixo. Página 6

O plano de governo do candidato e atual prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que teve como coordenador Rodrigo Garcia (ex-governador de São Paulo), segundo pessoas envolvidas no desenvolvimento do plano, o foco do texto está em três pontos principais: educação, saúde e segurança pública. Pág.5

As emoções são um dos aspectos mais fascinantes e enigmáticos da experiência humana. Elas moldam nossas decisões, influenciam nossas interações sociais e até mesmo nossa saúde física. No entanto, apesar de sua importância, as emoções muitas vezes são vistas como algo intangível e difícil de definir. Página 4

O Conselho Gestor do Hospital Municipal Dr. Cármino Caricchio informa que as inscrições para este Conselho termina em 26.08.24. Aclamação dos eleitos, em 28.08.24, às 14h no anfiteatro do hospital. Poderá se inscrever qualquer morador dos bairros da área de abrangência da Unidade (Itaquera ao Brás) com idade superior a 18 anos. Trazer cópia do RG, comprovante de residência e a carta assinada pelo presidente de indicação entidades/movimentos/associações de representação ao setor Comissões.

COMUNICADO O evento de vacinação de cães e gatos, com promoção do Cades Mooca em conjunto com o Centro de Zoonoses, marcado para este sábado dia 17, em frente a Biblioteca Municipal Afonso Taunay, na rua Taquari, 535, dentro do Distrital Salim Farah Maluf, conhecido popularmente como Parque da Mooca, foi cancelado por motivos de força maior alheios a vontade da organização . O evento será realizado em nova data a ser definida e remarcada em breve.Desde já, agradecemos pela compreensão.

Racismo nas relações de consumo: saiba o que diz a lei

O Ministério Público do Estado de São Paulo criou o Projeto Cidades Antirracistas pelo qual vários municípios paulistas, como São Bernardo do Campo, aderiram e que incentiva o combate ao racismo e criação de políticas de promoção da igualdade racial.

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) prevê diversos direitos para população negra, medidas de combate à discriminação racial, intolerância étnica, além de garantir direitos fundamentais, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer, acesso à justiça e promoção da igualdade racial.

O Código de Defesa do Consumidor, ao tratar de direitos básicos do consumidor, determina em seu art. 6º inciso II, igualdade nas relações de consumo e contratações de serviços. A Constituição Federal de 88, garante que todos sejam tratados igualmente, e o racismo é considerado crime inafiançável e imprescritível com pena de reclusão (CF/88, art. 5º, inciso XLII). Em 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a injúria racial também é um crime que não prescreve. Quem injuriar ou ofender em razão da raça ou cor da pele, pode ser punido com pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa (Lei nº 7.716/1989, art. 2º).

A Lei que prevê crimes de preconceito de raça ou cor (Lei nº 7.716/1989) proíbe diversas condutas relacionadas ao acesso e atendimento de forma discriminatória:

• Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial e não atender consumidor negro. A pena é de reclusão de 1 a 3 anos (Lei nº 7.716/1989, art. 5º).

• Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em razão da cor em qualquer instituição de ensino público ou privado também é crime, com pena de reclusão de 3 a 5 anos. Se a conduta for cometida contra menor de idade, há agravamento de 1/3 da pena (Lei nº 7.716/1989, 6º e Parágrafo único).

• Impedir o acesso ou recusar hospedar consumidor em hotel, pousada, pensão ou estabelecimento similar é proibido pela Lei nº 7.716/1989, no 7º e a pena é de reclusão de 3 a 5 anos.

• Recusar atendimento ou impedir o acesso a restaurantes, bares, lanchonetes, estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes abertos ao público, salões de cabeleireiros, barbearias, termas, casas de massagem ou estabelecimentos similares também é crime. A pena é de reclusão de 1 a 3 anos (Lei nº 7.716/1989, 8º, 9º e 10º).

• Também é crime: impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escadas que dão acesso a esses prédios, assim como impedir o acesso ou uso de transportes públicos, aviões, navios, barcos, ônibus, trens, metrô. A Pena: reclusão de um a três anos (Lei nº 7.716/1989, 11 e 12).

Se ao adquirir um produto ou contratar um serviço, o consumidor for vítima de conduta racista, saiba que é possível registrar uma reclamação no PROCON. No Estado de SP a instituição dispõe do serviço "Denúncia Procon-SP racial", que fiscaliza e aplica sanções administrativas contra os estabelecimentos e empresas que agem de forma discriminatória. O site é www.procon.sp.gov.br . A lei estadual de São Paulo nº 14.187/2010 prevê punição administrativa para atos discriminatórios como, advertência, suspensão, cassação da licença ou multa que pode chegar a R$ 34.260,00 e no caso de reincidência, o a R$ 102.780,00 (art. 6º, incisos I, II, III, IV e V). O OAB de SP dispõe de Comissão de Igualdade Racial. Acesse www.oabsp.org.br/comissoes2010 e clique em Igualdade Racial.

Se houver discriminação racial, ligue no Disque 100 e faça a denúncia. No caso de violação de direitos humanos, faça o registro no Ministério da Igualdade Racial, pelo telefone (61): 2027-3322 ou através da Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, telefone (61): 2025-7001 ou e-mail: ouvidoria@seppir.gov.br. Acesse: www.gov.br/igualdaderacial.

Atenção: racismo é crime, injúria racial também. Chame a Polícia Militar (disque 190). Registre boletim de ocorrência. Se na sua cidade não houver delegacia especializada (de crimes raciais), vá a uma delegacia comum. Se for vítima, denuncie. Se presenciar conduta racista, seja testemunha. Ajude a coibir essas práticas e a criar consciência dos direitos e deveres de todos!

Celso Russomanno

Jornalista e bacharel em Direito, especialista em Direito do Consumidor. Inscreva-se em seu Canal do Youtube, mais de 1,2 mil reportagens para você assistir: www.youtube.com/crussomanno

Circular pelo Largo da Concórdia e pela Praça Agente Cícero agora está mais fácil

Após mudanças na zeladoria e fiscalização, a região está mais organizada para quem procura um dos maiores centros de comércio popular do país

da Redação, Ago/24

Em maio deste ano, a Subprefeitura da Mooca apresentou um Plano de Ação para trazer mais organização e segurança à região do Largo da Concórdia. O plano considerou também o seu entorno, incluindo a Praça Agente Cícero, e trechos da Avenida Rangel Pestana, Rua Barão de Ladário, Rua Miller, entre outras. As ações trouxeram um novo frescor, com intervenções que organizaram o uso do espaço, tornando-o mais bonito e, principalmente, mais limpo e seguro.

"Para mim, a maior mudança foi a instalação do posto policial. Isso me deixou mais protegido," explica Humberto Madeiro, que atua na região desde 1961. O posto policial foi instalado em meados de 2020; contudo, o aumento do policiamento na região é resultado do Convênio da Atividade Delegada, que, por meio de parceria com o Governo do Estado, permite que a Prefeitura contrate policiais militares para reforçar a segurança em seus dias de folga. Hoje, por dia, cerca de 500 policiais atuam na região.

Outra ação que tem impacto direto na segurança do Brás é a organização do comércio ambulante. "O comércio de rua pode existir; aliás, faz parte do cenário do Brás. Contudo, da forma como estava, não era possível atrair consumidores para a região.", pondera Fauze Yunes, presidente da Alobrás, associação que representa os comerciantes da região. Além disso, o presidente acredita que o comércio de lojas e o de rua podem coexistir pacificamente e se beneficiar mutuamente, desde que haja concorrência leal e boa organização, com o espaçamento e o tamanho das barracas adequados para permitir a circulação.

Zeladoria

A região comercial do Brás é composta por impressionantes 55 ruas, que abrigam cerca de 6 mil lojas, conforme dados da Alobrás. No Largo da Concórdia, um ponto crucial da região, são recolhidas cerca de 90 toneladas de lixo por mês, refletindo a imensa movimentação e atividade local. Com 387 lixeiras estrategicamente distribuídas, a área é submetida a um rigoroso processo de zeladoria, com limpeza realizada, ao menos, três vezes ao dia e ações noturnas adicionais, garantindo um padrão de limpeza que tenha o poder de suportar a alta demanda.

Além das ações de zeladoria de rotina, como a limpeza das bocas de

lobo, o clareamento do piso e a preservação do Monumento ao Imigrante Nordestino, a manutenção também assume um papel fundamental na conservação do local. Com um olhar atento aos detalhes, gradis, calçadas, pintura antipichação e iluminação passaram por uma revisão completa. O recente plantio de grama adicionou um toque de verde, realçando a beleza da área.

"Já fizemos muita coisa e ainda há muito que se fazer. Como responsável por essa área, busco equilibrar as ações de forma coordenada, visando ao bem-estar da comunidade e o respeito à legislação. Esses princípios orientam nosso trabalho para promover melhorias e tornar o Brás mais agradável para todos. Agora, nosso foco é manter o que foi estabelecido e continuar aprimorando constantemente", explica Marcus Vinicius Valério, subprefeito da Mooca.

No Largo da Concórdia e seu entorno, as ações de fiscalização e zeladoria são realizadas constantemente em todas as regiões do Brás. Além das atividades rotineiras, toda a população pode incluir um serviço no cronograma de trabalho das equipes da Prefeitura utilizando o canal SP156.

Movimento
por Dr. Rafael Paiva

Os Mecanismos da Emoção no Encéfalo: Uma Dança Complexa de Química e Eletricidade

As emoções são um dos aspectos mais fascinantes e enigmáticos da experiência humana. Elas moldam nossas decisões, influenciam nossas interações sociais e até mesmo nossa saúde física. No entanto, apesar de sua importância, as emoções muitas vezes são vistas como algo intangível e difícil de definir. No encéfalo, porém, as emoções têm um lugar bem concreto, onde uma complexa rede de neurônios e substâncias químicas trabalham em sincronia para criar as experiências emocionais que todos nós conhecemos.

No centro dessa intrincada rede está o sistema límbico, um conjunto de estruturas cerebrais que desempenham um papel fundamental na regulação das emoções. Entre as partes mais importantes desse sistema, encontra-se a amígdala, uma pequena estrutura em forma de amêndoa que é essencial para o processamento de emoções como medo e raiva. A amígdala age como um alarme, respondendo rapidamente a estímulos emocionais e ativando respostas automáticas que preparam o corpo para enfrentar ameaças ou desafios. Além da amígdala, o hipocampo, outra parte do sistema límbico, é crucial para a formação e recuperação de memórias emocionais. As memórias associadas a fortes emoções tendem a ser mais vívidas e duradouras, uma característica que tem valor evolutivo, pois ajuda o indivíduo a evitar perigos futuros. Ao mesmo tempo, o córtex pré-frontal, situado na parte frontal do cérebro, desempenha um papel importante na regulação das emoções, permitindo que analisemos e reajustemos nossas respostas emocionais de maneira mais racional e controlada.

Entretanto, as emoções não são apenas produto da ativação dessas estruturas cerebrais. Elas são também influenciadas por uma complexa dança de neurotransmissores, como a dopamina, a serotonina e a noradrenalina. Esses químicos cerebrais não apenas modulam o humor, mas também afetam a maneira como experimentamos e reagimos às emoções. A dopamina, por exemplo, está fortemente associada à sensação de prazer e recompensa, enquanto a serotonina é frequentemente ligada à regulação do humor e ao bem-estar. A interação entre essas estruturas e substâncias químicas cria um sistema incrivelmente adaptável e dinâmico. Ele é capaz de gerar uma vasta gama de emoções, desde a alegria intensa até a tristeza profunda, e permite que nos ajustemos continuamente às mudanças em nosso ambiente interno e externo. No entanto, esse sistema também é vulnerável a desequilíbrios, que podem resultar em condições emocionais desafiadoras, como ansiedade e depressão.

Compreender os mecanismos da emoção no encéfalo não é apenas um exercício acadêmico; tem implicações práticas profundas para a saúde mental e o bem-estar geral. À medida que a neurociência avança, novas terapias e intervenções estão sendo desenvolvidas para ajudar a modular essas respostas emocionais, oferecendo esperança a milhões de pessoas ao redor do mundo que lutam contra transtornos emocionais. Em última análise, as emoções são uma parte inseparável de quem somos. Elas não apenas coloram nossas vidas, mas também desempenham um papel crucial em nossa sobrevivência e evolução.

Ao explorarmos os mecanismos que as sustentam, podemos aprender mais sobre a natureza humana e desenvolver maneiras mais eficazes de promover a saúde emocional, permitindo que mais pessoas vivam vidas plenas e equilibradas. Para mais informações, entre em contato com o Dr. Rafael Paiva, educador físico e fisioterapeuta, através do WhatsApp (11) 94167-7786 ou siga-o no Instagram @drrafaelpaiva.

A cura está no movimento!

Dr. Rafael Paiva
Educador físico (CREF 080686 G/SP)
Fisioterapeuta (CREFITO-3 375475-F)
@drrafaelpaiva
@fisiorafaelpaiva
Whats 11 94167-7786

Grupo JCR - Helicebras Lidera Inovação em Tecnologia de Equipamentos e Serviços na Construção Civil

Cotidiano
por João Costa @joaocostaoficial

O Grupo JCR – Helicebras, empresa líder no setor de engenharia e construção de fundações, se destaca pela constante busca por inovação e tecnologia de ponta em seus equipamentos e serviços. Em um recente pronunciamento, o presidente do grupo, João Carolino, ressaltou os avanços tecnológicos que a posicionam à frente da concorrência.

Tecnologia de Ponta em Equipamentos:

O Grupo JCR - Helicebras investe nos mais modernos equipamentos disponíveis no mercado mundial, superando a capacidade de produção de seus concorrentes. Seus equipamentos são totalmente computadorizados e equipados com sensores que garantem a precisão das estacas em 100%, além de permitir o monitoramento detalhado online a cada 15 centímetros de profundidade.

Inovação em Serviços:

Além da excelência de suas máquinas, a Helicebras oferece uma gama completa de serviços e facilidades, tais como:

- Carretas e veículos próprios, eliminando assim a dependência de transportadoras garantindo a execução das obras sem atraso no cronograma;
- Fabricação de seus próprios trados e outras ferramentas não existentes no mercado;
- Execução de estacas com profundidades de até 32m com diâmetro de 1,20m, algo que poucas empresas no Brasil conseguem realizar.

Monitoramento Remoto e Transparência:

Uma das inovações mais notáveis do Grupo JCR - Helicebras é a capacidade de monitoramento remoto das obras. Através de um simples celular, os contratantes podem acompanhar os serviços online em tempo real, onde podem ser visualizados os gráficos de pressão, rotação da hélice e concretagem, o que pode evitar quando necessário a tão onerosa prova de carga.

Compromisso com a Excelência:

João Carolino define o Grupo JCR - Helicebras como uma empresa que busca incansavelmente a máxima performance através da implementação de processos tecnológicos disponíveis tanto no mercado físico quanto acadêmico. Essa mentalidade tem permitido à empresa se manter na vanguarda do setor, oferecendo soluções avançadas que garantem eficiência, precisão e qualidade inigualáveis, além de uma assessoria em obras através da qualificação diferenciada de seus engenheiros e técnicos.

Com essa filosofia e implantação de métodos, a Helicebras continua a definir padrões no mercado, na execução de fundações, reduzindo prazos e custos aos seus clientes e desta forma se consolidando como líder e referência em tecnologia e qualidade no setor.

por João Costa
@joaocostaoficial

O luxo da notícia!

por Emerson Mota

O Plano de Governo de Ricardo Nunes

O plano de governo do candidato e atual prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que teve como coordenador Rodrigo Garcia (ex-governador de São Paulo), segundo pessoas envolvidas no desenvolvimento do plano, o foco do texto está em três pontos principais: educação, saúde e segurança pública.

Na educação, a ideia é a implantação de escola de tempo integral para o ensino fundamental — crianças de 4 e 5 anos. Atualmente, o período integral existe para todas as crianças de 0 a 3 anos, mas, depois, se torna meio período. Já na saúde, a ideia é ampliar o número de médicos de especialidades nas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) e ampliar o efetivo da Guarda Civil Metropolitana, com foco na ronda escolar e nas regiões periféricas. Além disso, a previsão é continuar obras de investimentos em infraestrutura e mobilidade — como o BRT da radial leste e Aricanduva que são obras importante de mobilidade.

Para construir o plano de governo, a equipe de Nunes fez encontros de escuta com a população. Ao todo, foram realizadas 32 reuniões, uma em cada subprefeitura, além de encontros em regionais. De acordo com pessoas envolvidas na campanha, mais de 20 mil pessoas compareceram às reuniões presenciais. A população também pode contribuir com o "Fala aí", por aplicativo, que recebeu mais de 70 mil acessos.

A sociedade civil participou por meio de plenárias públicas que, segundo a campanha, chegaram a reunir mais de 12 mil pessoas.

O programa está desenvolvido em cinco eixos (saúde, educação, meio ambiente, segurança urbana e empregabilidade).

Parabéns ao amigo Prefeito Ricardo Nunes, estamos juntos nessa candidatura e meu apoio total para a vitória certa na eleição do dia 06 de outubro.

E você que lê essa matéria, venha conosco também!

Na foto eu, minha irmã Erika Mota (presidente do Instituto Inteligência Solidária) e o amigo Rodrigo Garcia (Coordenador do Plano de Governo).

por Emerson Mota
Gestor Público
Empresário do Grupo Mota
Fundador da Santa Liga Católica e do Instituto Maria Helena Mota

Mercado de Trabalho

por Regina Mizael .@regina.mizael

LGPD e Colaboradores: Protegendo os Direitos e a Privacidade no Ambiente de Trabalho"

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, trouxe uma nova perspectiva para a privacidade e a proteção de dados no Brasil. Muito se fala sobre a aplicação da LGPD no contexto de consumidores e clientes, mas uma questão igualmente importante é a proteção dos dados dos colaboradores dentro das empresas.

Os colaboradores de uma empresa fornecem uma vasta quantidade de informações pessoais, desde dados cadastrais como nome, endereço e CPF, até dados sensíveis como informações sobre saúde e condições médicas. Esses dados são essenciais para a gestão de recursos humanos, mas também exigem um cuidado especial em sua coleta, armazenamento e uso, conforme estabelecido pela LGPD.

A LGPD classifica os dados pessoais em duas categorias principais: dados pessoais e dados sensíveis. Os dados pessoais são aqueles que identificam ou podem identificar uma pessoa, como o nome, número de telefone e endereço. Já os dados sensíveis incluem informações como origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, dados genéticos ou biométricos, entre outros. Para ambos, a lei impõe regras claras sobre como devem ser tratados, com o objetivo de garantir a segurança e privacidade dos titulares.

No ambiente de trabalho, a aplicação da LGPD impõe às empresas a necessidade de implementar políticas de privacidade robustas e mecanismos de segurança que assegurem o correto tratamento dos dados dos colaboradores. Isso inclui desde o consentimento para a coleta de informações até a garantia de que esses dados serão usados apenas para finalidades legítimas e específicas, como a execução de contratos de trabalho, o cumprimento de obrigações legais e o atendimento de interesses legítimos da empresa, sempre respeitando os direitos dos trabalhadores.

Um ponto crucial é a transparência. As empresas devem informar claramente aos colaboradores quais dados estão sendo coletados, para quais finalidades e por quanto tempo serão armazenados. Além disso, é necessário garantir que os colaboradores tenham acesso a esses dados e possam solicitar a correção ou exclusão de informações incorretas ou desnecessárias.

Outro aspecto importante é a segurança da informação. A LGPD exige que as empresas adotem medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos e outras formas de tratamento inadequado. Isso inclui o uso de criptografia, controles de acesso rigorosos e a capacitação dos funcionários para lidar com os dados de forma responsável.

O não cumprimento da LGPD pode acarretar graves consequências para as empresas, incluindo multas que podem chegar a 2% do faturamento da companhia, limitadas a R$ 50 milhões por infração. Além disso, há o risco de danos à reputação, que pode ser ainda mais prejudicial em um mercado cada vez mais preocupado com a privacidade e a proteção de dados.

A implementação da LGPD nas relações trabalhistas não é apenas uma questão de conformidade legal, mas também um compromisso ético com a privacidade e os direitos dos colaboradores. Empresas que tratam os dados dos seus funcionários com responsabilidade demonstram respeito e valorização por aqueles que são essenciais para o seu sucesso, reforçando a confiança e o engajamento no ambiente de trabalho.

Regina Mizael
Consultora em RH e medicina ocupacional
Instagram @regina.mizael
consultoraregina.mizael@gmail.com

Expediente

Jornal do Brás

Fundador: Milton George Thame *In memoriam* 1940 - †2020*

Diretora-Presidente: Flávia Fabíola Nogueira Simioni MTB 0091538/SP

Editoração e Diagramação: Melhor Mídia Editora e Publicidade Ltda

Depto. Jurídico: Dr. André Guerra

Impressão: Gráfica Mar Mar

Redação e Publicidade: **EDITORA JB LTDA | CNPJ: 40.252.499/0001-49**
Rua Siqueira Bueno, 889/895 - Belenzinho
CEP: 03173-010 - Fones: (11) 2796-4531
Site: www.novojorbras.com.br
E-mail: jorbras@terra.com.br
Facebook: facebook.com/jornaldobrasoficial
Instagram: @jornaldobrasoficial

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA: Metrô Brás e Bresser, Terminais Rodoferroviários, bancas de jornais, agências, Órgãos Públicos, Mailling List, indústria, comércio e residências, condomínios da região. Abrangendo os bairros: Brás, Pari, Canindé, Luz, Bom Retiro, Vila Maria, Vila Guilherme, Mooca, Belenzinho e Centro, Rede Hoteleira, igrejas, escolas, feiras livres, clubes sociais, desportivos e público em geral.

Invasões de imóveis abandonados expõem região a riscos, confira as responsabilidades e como de defender

Lei veda mau uso da propriedade que pode gerar insegurança e proliferar doenças

Muitos moradores têm sido prejudicados com o descaso de alguns proprietários que deixam seus imóveis abandonados, sem qualquer manutenção, os quais atraem invasores, moradores de rua e até usuários de drogas, que fazem do local ponto para praticar atos libidinosos, tráfico ou suas necessidades fisiológicas gerando mau cheiro e o acúmulo de lixo.

No Brás, Água Rasa, Mooca, Belém, Tatuapé e redondeza tiveram diversas denúncias de invasões em casas que estão para alugar ou vender, vários sinais indicam o "abandono", como; correspondências e folhetos acumulados, mato, sujeira, entre outros, são como um "convite" para invasões.

Relato de moradora que prefere não se identificar com medo de replesálias:

"Invadiram duas casas na minha rua, chegam de madrugada, com mudança e tudo, trazem várias crianças, o que dificulta a desocupação". C.A.B

Várias são as casas e prédios abandonados, que somados aos terrenos vagos, se tornam um transtorno para os vizinhos que têm suas moradias e locais de trabalho desvalorizados com o mau cheiro e o péssimo aspecto criado com a ausência de manutenção de donos que ignoram o seu dever de dar função social à propriedade.

Entre outras situação de risco, destacamos a epidemia de dengue, o que demonstra a necessidade de combate mais intensivo ao mosquito que se prolifera nos locais abandonados. É notório que nos imóveis abandonados são encontradas as poças de água paradas que se tornam criatórios do mosquito aedes aegypti, que são os vetores da dengue e da febre chikungunya. As vítimas são os vizinhos atingidos com essas doenças em proporção muito acima dos locais onde não existe este problema.

Responsabilidade do proprietário

Alguns imóveis vagos disponibilizados para locação ou venda ficam sem qualquer manutenção e, por serem mais recuados em relação a via pública ou passeio, favorecem que os mendigos acampem nas entradas e ali sujem o local ou montem um "acampamento" sob a marquise. Há casos de alguns serem invadidos e virem a gerar risco de incêndio para os vizinhos diante do fato dos invasores queimarem os pisos de tacos ao fazerem fogueiras para cozinhar alimentos e se aquecer.

O lixo acumulado gera mau cheiro e atrai ratos, baratas e mosquitos que, por sua vez, aumentam o risco de doenças para as pessoas que moram e frequentam a região. É comum vermos o aumento de viroses, dengue e demais doenças onde o lixo e entulho se acumulam.

Como "denunciar"

Mapa Colaborativo da Função Social da Propriedade

Ferramenta online permite que cidadão aponte imóveis sem uso ou abandonados

Um mapa colaborativo na plataforma Gestão Urbana registra os imóveis em São Paulo que não cumprem a função social da propriedade. A ferramenta online permite que o cidadão aponte terrenos e edificações sem uso ou abandonadas.

A Função Social da Propriedade Urbana é regulada pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade e pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Após análise das informações levantadas pelo mapa, os imóveis podem ser notificados pela administração municipal para o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) e, posteriormente, para aplicação do IPTU progressivo no tempo.

Como participar

1 – Na página do mapa, faça o cadastro de seu e-mail no botão "Cadastre-se".

2 – Preencha o formulário com suas informações pessoais e, ao final, clique em "Enviar".

3 – Você receberá um e-mail para confirmar seu cadastro e já poderá participar.

4 – Após entrar na plataforma, preencha as informações sobre o imóvel que você identificou e quer encaminhar por indícios de ociosidade;

5 – A Prefeitura receberá essas informações e, após verificação, o ponto de marcação estará visível na plataforma. É então realizada a análise de informações territoriais, edilícias, vistorias e situação jurídica, procedimento que vai definir a notificação ou não-notificação do imóvel;

6 – Caso o imóvel indicado seja notificado, a visualização estará disponível na página Geosampa, com os demais lotes notificados para aplicação do PEUC.

Soluções

Age de forma ilegal o proprietário que não cuida do seu imóvel, pois fere a Constituição Federal, que protege o direito de propriedade, mas exige que este seja exercido com responsabilidade, ou seja, que o imóvel venha a ter um destino útil, em benefício aos interesses sociais, seja para moradia ou para exercer uma atividade produtiva.

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;"

Quando a propriedade coloca em risco os vizinhos, estes podem propor contra o proprietário um processo judicial, onde o Juiz poderá aplicar uma pesada multa diária ao dono para que ele tome providências que venha a sanar o uso nocivo do imóvel. Caberá ao vizinho prejudicado localizar o proprietário e demonstrar ao juiz que este tem agido de forma a prejudicar a vizinhança, que sua omissão tem gerado risco à saúde e desvalorização dos imóveis no entorno, além de insegurança ao atrair marginais ou invasores.

O Código Civil veda o uso nocivo do imóvel

"Art. 1.277. O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.

Parágrafo único. Proíbem-se as interferências considerando-se a natureza da utilização, a localização do prédio, atendidas as normas que distribuem as edificações em zonas, e os limites ordinários de tolerância dos moradores da vizinhança."

O problema seria quase inexistente se o Poder Público cumprisse seu papel de gerar segurança à população, pois os moradores de rua estão cada dia mais à vontade, fazendo o que bem entendem e residindo até mesmo nos locais turísticos ou públicos, como, por exemplo, no terminal do Metrô Belém, onde se apossaram dentro e no entorno, onde vemos barracas, colchões e moradores de rua tomando banho, praticando atos sexuais e tudo mais. Vemos as pessoas com medo de passarem pelo local.

Diante desse cenário fica evidente porque a cada dia aumentam as invasões e os moradores de rua que ficam nas calçadas e na frente de casas e lojas vazias, sujando os locais e tornando a vida dos vizinhos um transtorno. Vários são os casos de violência que acabam por gerar pânico nas pessoas que vivem próximas a esses locais, as quais acabam se mudando diante da desvalorização da região.